ÍNDICE GERAL

• Lista de Abreviaturas 9

• Índice Cronológico Geral 11

▪ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL 20

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 23

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS 110

EMENDAS CONSTITUCIONAIS 134

▪ LINDB

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO – DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942 172

▪ CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 176

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015 182

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015 189

▪ CÓDIGO CIVIL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO CIVIL 288

CÓDIGO CIVIL – LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 298

▪ CÓDIGO PENAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO PENAL 402

LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.914, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1941 404

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA NOVA PARTE GERAL DO CÓDIGO PENAL 406

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL (EXCERTOS) – DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 414

CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 425

▪ CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL 478

LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.931, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1941 481

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL 482

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941 488

▪ CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL 558
CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL – LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966 561

▪ CÓDIGO ELEITORAL

CÓDIGO ELEITORAL – LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965 584

▪ CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR 624
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990 625

▪ CÓDIGO FLORESTAL

CÓDIGO FLORESTAL – LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012 640

▪ ESTATUTOS

ESTATUTO DO ÍNDIO – LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973 660
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 664
ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB – LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994 700
ESTATUTO DA CIDADE – LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001 714
ESTATUTO DA PESSOA IDOSA – LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003 721
ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL – LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010 731
ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 737
ESTATUTO DA PESSOA COM CÂNCER – LEI Nº 14.238, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2021 753
ESTATUTO DIGITAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI Nº 15.211, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025 755

▪ LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR 764

▪ REGIMENTOS INTERNOS

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 1380
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1411

▪ SÚMULAS

SÚMULAS VINCULANTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 1454
SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 1457
SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1474

▪ ÍNDICES ALFABÉTICO-REMISSIVOS

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DAS SÚMULAS 1492
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO – DIREITO CONSTITUCIONAL 1495

ÍNDICE CRONOLÓGICO GERAL

▪ LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 18 DE MAIO DE 1990 821

Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 76, DE 6 DE JULHO DE 1993 920

Dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998 1022

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI COMPLEMENTAR Nº 140, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011 1146

Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

LEI COMPLEMENTAR Nº 225, DE 8 DE JANEIRO DE 2026 1359

Institui o Código de Defesa do Contribuinte.

LEI COMPLEMENTAR Nº 230, DE 15 DE ABRIL DE 2026 1378

Dispõe sobre normas gerais aplicáveis ao desmembramento de parte de um Município para incorporação a outro, limítrofe, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal.

▪ DECRETOS-LEI

DECRETO-LEI Nº 4.597, DE 19 DE AGOSTO DE 1942 764

Dispõe sobre a prescrição das ações contra a Fazenda Pública e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 9.760, DE 5 DE SETEMBRO DE 1946 764

Dispõe sobre os bens imóveis da União dá outras providêncais.

DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967 790

Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967 807

Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências.

▪ DECRETOS

DECRETO Nº 20.910, DE 6 DE JANEIRO DE 1932 764

Regula a prescrição quinquenal.

DECRETO Nº 591, DE 6 DE JULHO DE 1992 872
Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação.

DECRETO Nº 592, DE 6 DE JULHO DE 1992 876
Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação.

DECRETO Nº 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992 894
Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.

DECRETO Nº 3.927, DE 19 DE SETEMBRO DE 2001 1053
Promulga o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Porto Seguro em 22 de abril de 2000.

DECRETO Nº 4.388, DE 25 DE SETEMBRO DE 2002 1060
Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.

DECRETO Nº 6.514, DE 22 DE JULHO DE 2008 1091
Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009 1113
Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

DECRETO Nº 7.203, DE 4 DE JUNHO DE 2010 1127
Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.

DECRETO Nº 7.724, DE 16 DE MAIO DE 2012 1150
Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.

DECRETO Nº 7.845, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012 1162
Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.

DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016 1187
Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

DECRETO Nº 9.199, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017 1200
Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração.

DECRETO Nº 9.522, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018 1245
Promulga o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013.

DECRETO Nº 10.932, DE 10 DE JANEIRO DE 2022 1312
Promulga a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, firmado pela República Federativa do Brasil, na Guatemala, em 5 de junho de 2013.

DECRETO Nº 11.034, DE 5 DE ABRIL DE 2022 1315
Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para estabelecer diretrizes e normas sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor.

DECRETO Nº 11.129, DE 11 DE JULHO DE 2022 1322
Regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

DECRETO Nº 12.622, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025 1359
Regulamenta a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, para designar a Agência Nacional de Proteção de Dados como autoridade administrativa autônoma de proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, e estabelecer competências para cumprimento de ordens judiciais de bloqueio.

DECRETO Nº 12.880, DE 18 DE MARÇO DE 2026 1370
Regulamenta a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, e institui a Política Nacional de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente no Ambiente Digital.

▪ LEIS

LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950 780
Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.

LEI Nº 1.408, DE 9 DE AGOSTO DE 1951 786
Prorroga vencimento de prazos judiciais e dá outras providências.

LEI Nº 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952 787
Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.

LEI Nº 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965 787
Regula a ação popular.

LEI Nº 6.383, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976 810
Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União, e dá outras Providências.

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981 812
Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

LEI Nº 7.106, DE 28 DE JUNHO DE 1983 817
Define os crimes de responsabilidade do governador do Distrito Federal, dos governadores dos Territórios Federais e de seus respectivos secretários, e dá outras providências.

LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985 818
Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências.

LEI Nº 7.783, DE 28 DE JUNHO DE 1989 820
Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.

LEI Nº 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990 827
Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.

LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 829
Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990 840
Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

LEI Nº 8.257, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1991 863
Dispõe sobre a expropriação das glebas nas quais se localizem culturas ilegais de plantas psicotrópicas e dá outras providências

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992 864
Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências (Redação dada pela Lei 14.230/2021)

LEI Nº 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992 883
Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

LEI Nº 8.448, DE 21 DE JULHO DE 1992 893
Regulamenta os arts. 37, inciso XI e 39, § 1° da Constituição Federal e dá outras providências.

LEI Nº 8.617, DE 4 DE JANEIRO DE 1993 904
Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros, e dá outras providências.

LEI Nº 8.625, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1993 905
Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências.

LEI Nº 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993 914
Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993 922
Estabelece a obrigatoriedade da declaração de bens e rendas para o exercício de cargos, empregos e funções nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e dá outras providências.

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993 923
Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

LEI Nº 8.852, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1994 933
Dispõe sobre a aplicação dos arts. 37, incisos XI e XII, e 39, § 1º, da Constituição Federal, e dá outras providências.

LEI Nº 9.051, DE 18 DE MAIO DE 1995 952
Dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações.

LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995 952
Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995 962
Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

LEI Nº 9.265, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1996 968
Regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.

LEI Nº 9.277, DE 10 DE MAIO DE 1996 968
Autoriza a União a delegar aos municípios, estados da Federação e ao Distrito Federal a administração e exploração de rodovias e portos federais.

LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996 969
Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5° da Constituição Federal.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 970
Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 988
Estabelece normas para as eleições.

LEI Nº 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997 1013
Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data.

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 1014
Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

LEI Nº 9.649, DE 27 DE MAIO DE 1998 1025
Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

LEI Nº 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998 1041
Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal.

LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999 1042
Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999 1048
Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

LEI Nº 9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999 1051
Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.

LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001 1052
Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

LEI Nº 11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006 1090
Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.

LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009 1109
Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.

LEI Nº 12.153, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009 1125
Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

LEI Nº 12.351, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010 1128
Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social – FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências.

LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011 1138
Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

LEI Nº 12.528, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011 1144
Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.

LEI Nº 12.562, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011 1149
Regulamenta o inciso III do art. 36 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal.

LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012 1161
Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013 1167
Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014 1170
Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

LEI Nº 13.089, DE 12 DE JANEIRO DE 2015 1174
Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências.

LEI Nº 13.188, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015 1185
Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.

LEI Nº 13.300, DE 23 DE JUNHO DE 2016 1187
Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências.

LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017 1188
Institui a Lei de Migração.

LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 1233
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (Ementa com redação dada pela Lei 13.853/2019)

LEI Nº 13.810, DE 8 DE MARÇO DE 2019 1250
Dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados; e revoga a Lei nº 13.170, de 16 de outubro de 2015.

LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019 1253
Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

LEI Nº 13.872, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019 1256
Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União.

LEI Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019 1257
Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.

LEI Nº 14.126, DE 22 DE MARÇO DE 2021 1261
Classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual.

LEI Nº 14.129, DE 29 DE MARÇO DE 2021 1261
Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 1268
Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

LEI Nº 14.289, DE 3 DE JANEIRO DE 2022 1311
Torna obrigatória a preservação do sigilo sobre a condição de pessoa que vive com infecção pelos vírus da imunodeficiência humana (HIV) e das hepatites crônicas (HBV e HCV) e de pessoa com hanseníase e com tuberculose, nos casos que estabelece; e altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975.

LEI Nº 14.344, DE 24 DE MAIO DE 2022 1317
Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e dá outras providências.

LEI Nº 14.583, DE 16 DE MAIO DE 2023 1331
Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças, adolescentes e idosos.

LEI Nº 14.701, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023 1331
Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nos 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

LEI Nº 14.751, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023 1334
Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do caput do art. 22 da Constituição Federal, altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969.

LEI Nº 15.142, DE 3 DE JUNHO DE 2025 1344
Reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas; e revoga a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

LEI Nº 15.190, DE 8 DE AGOSTO DE 2025 1346
Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), 9.985, de 18 de julho de 2000, e 6.938, de 31 de agosto de 1981; revoga dispositivos das Leis nºs 7.661, de 16 de maio de 1988, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e dá outras providências.

▪ CÓDIGO DE ÉTICA

CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB 1178
Aprova o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

▪ REGULAMENTO GERAL

REGULAMENTO GERAL DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB 934
Dispõe sobre o Regulamento Geral previsto na Lei n. 8.906, de 04 de julho de 1994.

▪ RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO STF Nº 661, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2020 1260
Dispõe sobre o envio de comunicações processuais e autos de processos eletrônicos por mensagem eletrônica registrada.

▪ PROVIMENTO

PROVIMENTO DO CFOAB Nº 205/2021 1308
Dispõe sobre a publicidade e a informação da advocacia.